



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 08/2007

Acta da reunião ordinária realizada aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete. -----

----- Aos dezoito dias do mês de Abril de dois mil e sete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro, António José Ascensão Fraga e José Manuel Saraiva Cardoso. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

1. Aprovação da acta anterior.

2. Período antes da ordem do dia.

3. Apreciação e Aprovação de Prestação de Contas do ano de 2006 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

4. 1ª Revisão orçamental.

5. Concessão de subsídio à Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, para a construção e apetrechamento de Centro de Noite.

6. Outros assuntos.

Intervenções de Múncipes. -----

Previamente procederam à sua inscrição para usarem da palavra os seguintes Múncipes: -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro, Francisco Martins Lucas, apresentou o problema relativo à açude dos Moinhos, que devido às chuvas arrastaram muita areia e pedras provocando o enchimento da açude, não podendo a água alimentar a levada que vai até à ETAR. Os regantes têm vindo a dirigir-se à Junta de Freguesia preocupados porque se aproxima a época das regas. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou que já esteve na açude e que levava muita água não podendo avaliar a situação, mas agora irá novamente ao local e pedirá a colaboração da Junta e de alguns regantes para juntos analisarem o assunto. Informou ainda que a partir da próxima semana estará uma máquina da Câmara disponível para o arranjo do açude com a colaboração dos regantes e da Junta. -----

----- Continuou o Senhor Presidente da Junta perguntando se o caminho da Lapa era para continuar como está ou se é para arranjar, pois várias pessoas questionam sobre o assunto. -----

----- O Senhor Vereador José Pinheiro informou que o caminho já foi estacado e já foram arrancadas as estacas tendo solicitado à GNR que tomasse conta da ocorrência. -

Aprovação da acta anterior. -----

----- Achada conforme, foi a acta da reunião anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido previamente distribuído. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apreciação e Aprovação de Prestação de Contas do ano de 2006 e Aplicação Resultado Líquido do Exercício.-----

De conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram pelo Senhor Presidente José Manuel Custódia Biscaia, apresentados à Câmara Municipal os documentos relativos à Prestação de Contas do ano 2006, de conformidade com o estabelecido no POCAL e na Resolução nº 4/2001, da 2ª Secção do Tribunal de Contas insertas na 2ª série do Diário da República nº 191/2001, de 18 de Agosto.-----

----- O Senhor Vice-Presidente usando da palavra começou por informar que as grandes questões estão esclarecidas na introdução do Relatório de Gestão. Contudo o aumento das despesas correntes estão aquém do que é permitido pela nova Lei das Finanças Locais que admite 65% de afectação da receita às despesas correntes e como se pode verificar nas despesas correntes a sua evolução, a partir do ano de 2004, foi de 57%, 45% e 56%. As despesas com pessoal são objecto de uma explicação detalhada, que têm a ver principalmente com candidaturas. Por exemplo existem inúmeras situações em que a Câmara Municipal cria postos de trabalho à custa de candidaturas cuja despesa não representa uma despesa líquida da parte da Câmara. Como é do conhecimento do Executivo também houve o preenchimento dos lugares de Chefes de Divisão, aumentando a despesa com as remunerações auferidas. No Habitat+ foram gastos mais de 36.750,00 €, havendo uma comparticipação de 66% desta candidatura, o que permite manter dois postos de trabalho. No Espaço Internet foram gastos 24.000 € sendo impensável que Manteigas deixe de ter este espaço. A vigilância Florestal foi comparticipada em 74% sendo uma obrigatoriedade cada vez mais importante para a defesa da floresta. Houve seis estágios profissionais, dando oportunidade a que cada pessoa possa começar a construir o seu curriculum, com uma comparticipação de 66%. Houve 18 POC's para residentes em Manteigas. A comparticipação da Câmara Municipal para a ADSE foi de cerca de 30.000 €, havendo infelizmente funcionários que estão constantemente em situação de doença sendo o pagamento efectuado pela Câmara Municipal na sua totalidade, para além da existência de um funcionário que está em hemodiálise permanentemente. Foi reduzido em cerca de 60% o recurso ao trabalho extraordinário. De facto houve um aumento de despesas que estão perfeitamente justificadas que se acentuarão nos próximos anos com os programas sociais e com a transferência de novas competências para os Municípios nas áreas de Educação, Saúde e Acção Social.-----

Sem a Rede Natura e sem o Plano de Ordenamento do PNSE, não poderão avançar os Planos de Ordenamento que estão abaixo na hierarquia, contudo o PU e o PDM evoluíram até onde era possível. Foram gastas todas as receitas de capital não tendo a Câmara Municipal investido mais por não existirem mais verbas devido ao não reembolso de cerca 1.000.000 € de candidaturas. Na parte social e para o ano haverá com certeza um aumento de despesas correntes, com os programas que foram aprovados pela Câmara Municipal como sejam o cartão do Idoso e o cartão Júnior Municipal. Em relação ao endividamento tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal foi contraído um único empréstimo, havendo perfeito acordo com aprovação por unanimidade. Se se está de acordo com a contratação de um empréstimo não se poderá estar contra o endividamento. Os empréstimos foram contraídos para obras de importância vital para o Concelho e em 95% dos casos não houve qualquer oposição quer na Câmara quer na Assembleia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho expôs o seu ponto de vista começando por dizer que concordaram com alguns pedidos de empréstimos e não com outros. Também chegaram à conclusão que os pedidos de empréstimos são necessários devido à falta de capacidade do executivo para arrecadação de receitas e não vale a pena, o discurso já gasto da redução da comparticipação do Estado. O orçamento de 2006 foi feito com base na lei existente que obriga à relação com os anos anteriores e a receita normal proveniente do Estado, não reduziu um cêntimo que seja em relação a 2005. A receita de capital está muito aquém do previsto. Solicitou explicação como foi que apareceram os números no orçamento de 2006? Os valores foram apresentados pela maioria e foram aceites por todos, convictos que ao chegar ao final do ano económico haveria uma arrecadação de receita suficiente para fazer face aos compromissos da Câmara Municipal e também para evitar alguns pedidos de empréstimo. Sendo claro que, face à falta de receitas próprias da Câmara é necessário perante os projectos que foram aprovados recorrer ao empréstimo. Não sendo contra o empréstimo enquanto forma de recurso a financiamento em circunstâncias absolutamente imperiosas, é necessário limitar a dívida. Não concorda também com a afirmação de que a despesa corrente está muito aquém do que as Câmaras estão autorizadas. O que é real e o que está representado no documento, entre a despesa corrente e a despesa de capital, é o valor da despesa corrente de 3.121.613,00 € e a despesa de capital realizada é de 2.994.000,00 €, sendo que uma gestão correcta e aceitável é exactamente o contrário, que se invista em termos económicos no Concelho de forma que o investimento supere as despesas correntes. Solicitou ainda explicação para o facto de se terem verificado dezanove alterações orçamentais às GOP's à média de 1,5 por mês. O que ficou acordado em reunião foi um Plano inicial com a concordância de todos havendo agora alterações através dos documentos que estão na Conta, dos quais não tem conhecimento, nem fazendo ideia que no final do ano haveria dezanove alterações orçamentais. Houve um desvirtuamento completo do que seria a aplicação e a gestão do Plano de Actividades para o ano de 2006, não podendo estar de acordo.-----

----- O Senhor Presidente exprimiu o seu entendimento no sentido que se está perante duas interpretações: uma mais política que cumpre à Oposição e outra mais pragmática que cumpre a quem está a gerir. Foram feitos comentários de índole política que naturalmente não terão a sua concordância. Lembrou que o ano de 2005 foi um ano de transição com determinado tipo de futurismo garantido a uma matéria que estava estabilizada com a garantia que nada iria aumentar, com a diminuição de despesas e aumento das receitas. O que está comprovado e do que ninguém parece querer falar é que o Governo contraria toda esta matéria e agora com os mesmos argumentos que o PSD na oposição tem junto do Governo, o PS da Câmara tem junto do PSD da Câmara Municipal. No caso concreto de arrecadação de receitas próprias, a Câmara Municipal de Manteigas, não tem. Só existem dois tipos de receitas que alimentarão qualquer tipo orçamento, como no caso de Manteigas que tinha a expectativa do programa do Governo, que previa que todas as áreas de Reserva Natural teriam um acréscimo substancial relativamente à natureza e ao espaço, onde se concluía que o Concelho iria ser altamente beneficiado. O Governo desculpa-se e diz que o xadrez é diferente, a Europa não acompanha e o Governo também não. A Câmara Municipal de Manteigas também poderia dizer a mesma coisa, sendo que o cenário modificou-se e a Câmara também tem que modificar; as Grandes Opções do Plano foram feitas em 2005 e ao ter-se adulterado todo o processo também a Câmara foi prejudicada. Agora tem que se



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pegar novamente nas GOP's e tentar que sejam feitas em função de 2007. Não foi feito porque em 2007 era compromisso do Governo de que o QREN estaria aprovado e estaria aprovado em relação a matérias como sejam: as Penhas Douradas, S. Gabriel, Piscinas, etc., um conjunto de investimentos que todos acordaram nas GOP's. Em contrapartida, o QREN não estava aprovado e não se sabe quando o será; existiam financiamentos no INTERREG, quando à última da hora informam que Madrid não paga, porque não cumpriu um formalismo da Europa. Em relação às despesas correntes existe uma questão que tem que obrigatoriamente colocar e por coerência pessoal e para defesa de alguma honestidade processual, as despesas correntes são justificáveis com os elementos que foram apresentados. Se não são justificáveis as despesas correntes com o apoio à Terceira Idade, com Apoio à Juventude, com as Bolsa de Estudo, com aumento de qualificação do Quadro de Pessoal, com Estágios Profissionais, o que se poderá justificar? Existe um conjunto de matérias que não são palpáveis, nem visíveis mas que representam bem o empenhamento que há na qualificação. Já se verificou que Manteigas por si só não é investidora e que os investidores alheios dificilmente cá chegarão e a Câmara Municipal tem vindo a substituir-se, bem ou mal nalguns investimentos. Como já referiu as receitas próprias são poucas, as transferências do Governo Central não aumentaram, as candidaturas foram inibidas, porque primeiro não são pagas e quando o reembolso das candidaturas não é efectuado também a Câmara não pode pagar, sendo uma bola de neve. Em relação ao Plano e Orçamento que foi apresentado havia rubricas perfeitamente, e foi dito na altura, insuficientes em termos financeiros, só existindo para garantias de novas candidaturas no QREN. Todas as circunstâncias foram alteradas, a moldura de base foi arrasada relativamente ao que foi preconizado. Informou ainda se na aprovação do Plano Estratégico não forem aprovados os projectos que a Câmara Municipal reporta como essenciais para o Concelho, irá propor, com anuência da Câmara Municipal à Assembleia Municipal a alteração das Grandes Opções do Plano. -----

----- O Senhor Vereador António Fraga comentando o que ouviu e após leitura atenta do relatório e contas, questionou se existem dois Concelhos de Manteigas? É que a maioria do Executivo tem uma visão que diz que é muito aceitável conforme a introdução às Contas. Diz a Oposição, os dois Vereadores do PS, onde se inclui que não é bem assim. Mas a questão real é também o que diz os Municípios dizem lá fora. A realidade como é do conhecimento de todos são os queixumes, as dificuldades, a realidade económica e social muito complicada, o desemprego a aumentar. Assim, com despesas correntes, controladas ou não, com despesas de investimento e receitas de investimento reduzidas, coloca a questão: qual é o futuro para este Concelho? Será que tem mesmo futuro? Não com esta gestão. Concorde com o Senhor Presidente quando afirma que existem muitas dificuldades para atrair investidores de fora, tendo a Câmara muitas vezes que se meter no assunto; reconhece que existe alguma dificuldade, mas como já disse, sem investimento e com despesas correntes a aumentarem, corre-se o risco de um dia a Câmara ser auto-suficiente para as despesas correntes, não havendo capacidade para investir. No seu entendimento e pensa que também do Executivo é que a realidade económica de Manteigas, neste momento é de grande dificuldade e as causas são de todos conhecidas, algumas extra-Câmara, mas o que este Concelho está a necessitar é de desenvolvimento, é de investimento em situações prioritárias, como o turismo, porque não querendo ser pessimista, mas sim realista vê alguma negridão no horizonte. Não compreende como é possível fazer-se dezanove alterações orçamentais, dando origem a um desvirtuamento ao Plano de Actividades e Orçamento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Analisados os documentos foi deliberado, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e António José Ascensão Fraga: -----

1. Aprovar os referidos documentos que, para os devidos efeitos legais, se consideram por integralmente reproduzidos e ficarão arquivados na pasta anexa a esta acta, depois de assinados e rubricados pelos membros do Executivo. -----
2. Para os efeitos do disposto na alínea j) do nº 1 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal. -----
3. Nos termos do nº 1 do artº 51º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, remeter, até ao dia 30 de Abril, os documentos da Prestação de Contas ao Tribunal de Contas. -----

Os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e António José Ascensão Fraga apresentaram a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto

----- “No que diz respeito à apresentação de contas de 2006, é devido em primeiro lugar, um cumprimento especial em relação à forma como em termos de qualidade bem como em termos de transparência, o relatório técnico está apresentado, fundamentalmente quando nos permite de uma forma simples e directa, verificar a execução efectiva de cada uma das opções do executivo e da sua maioria ao longo do ano. -----

Estamos perante a execução efectiva daquilo que eram as opções com as quais todos concordámos, mas que só ao executivo do PSD competia executar. Ficámos então na expectativa e hoje, todos estaríamos satisfeitos por termos contribuído para um Concelho melhor e mais desenvolvido. Infelizmente, tal não aconteceu. A gestão da Câmara em 2006 é deficitária em relação à expectativa gerada aquando da aprovação do plano. -----

A execução orçamental da despesa e da receita considerada pela maioria como muito aceitável, é para nós, vereadores do PS, inaceitável e demonstra incapacidade da maioria em arrecadar receitas. E não vale a pena recorrerem ao já gasto discurso da redução de participação do Estado. O orçamento para 2006 foi feito com base na lei já existente, que obriga à relação com os anos anteriores e a receita normal proveniente do Estado, não reduziu um cêntimo que seja em relação a 2005. A receita de capital conseguida, está muito aquém do previsto, fixando-se apenas em metade. E das duas uma: ou os valores que nos deram em termos de previsão orçamental eram fictícios e estavam empolados, ou então a maioria foi incapaz de arrecadar receitas de várias proveniências, nomeadamente dos fundos comunitários. -----

----- A despesa corrente continua a aumentar exponencialmente, o que faz reduzir o investimento, contrariando assim o princípio da gestão correcta e aceitável. A Câmara continua a gastar muito mais consigo própria do que com todo o Concelho. A despesa com pessoal é cada vez maior, cresce 13% sem justificação plausível. -----

----- A dívida aumentou e outras contratações de empréstimo se lhe somarão. -----

----- No que diz respeito à execução das Grandes Opções do Plano, o cenário é ainda mais negro. As sucessivas modificações às GOP, dezanove durante o ano, a uma média de 1,5 por mês, revelam bem o desprezo por qualquer estratégia aprovada para o ano de 2006 e que mereceu o nosso acordo. As sucessivas alterações da exclusiva autoria e responsabilidade do executivo do PSD, apontam para a deficiente gestão de quem navega à vista, em completo desvio do compromisso assumido perante todo o executivo e perante os cidadãos do Concelho. Num total previsto de 9.344.651 euros nas GOP de 2006, o executivo do PSD fez alterações de cerca de 3.000.000 de euros. Quem pode confiar numa gestão deste tipo? -----

----- Os projectos necessários e essenciais para o desenvolvimento do Concelho, continuam na gaveta. O PDM, o PGU, os Planos de pormenor tão anunciados do Vale do Zêzere, do Vale da Sameiro, das Penhas Douradas e da Zona Industrial, não conheceram evolução. -----

----- Nas funções económicas a Câmara mostra total ineficácia. Que projectos evoluíram nesta área em 2006? Dando apenas alguns exemplos, onde está a reparação do caminho de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Leandres ao Poço do Inferno? Como está a Fábrica do Rio? Cujas obras de requalificação são tão necessárias para que possa recolher os desempregados que se queiram constituir em pequenas empresas. E a requalificação dos Covões? A reabilitação de S. Gabriel que evolução teve? Que sector económico saiu fortalecido com a acção da Câmara? -----

-----A única obra do ano de 2006, “Estrada Enxertada à Sr^a dos Verdes” nem anda nem desanda. Já chegou ao limite de trabalhos a mais legalmente admitidos, segundo consta com inclusão de medições de trabalhos feitos noutras obras e ainda nem sequer vai a meio.-----

-----Passou mais um ano e o Concelho está diferente, mas está diferente para pior! Não há mobilização da atractividade turística do Concelho. O desemprego é cada vez maior. Os resistentes residentes são cada vez menos e os visitantes não se sentem atraídos. -----

-----A nossa Expectativa quando votámos o Plano para 2006 era optimista, assim se cumprisse o que estava definido. Colaborámos, demos o nosso aval ao Plano de Actividades, mas agora, perante as contas que nos são apresentadas e quanto à aplicação desse Plano que se nos revela desvirtuada na estratégia e na capacidade de gestão em face dos desvios verificados, não podemos proceder de igual forma.-----

-----Manteigas fica mais pobre e as previsões para 2007 são ainda mais negras como já tivemos oportunidade de afirmar. -----

-----Por tudo isto, votamos contra as contas do ano económico de 2006.” -----

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.-----

Visto o Resultado Líquido do Exercício apresentar um valor negativo de 325.295,09 €, a Câmara Municipal propõe que se transfira para a conta 59 –“Resultados Transitados”.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

1^a Revisão orçamental.-----

De conformidade com o conteúdo da proposta n.º 1/2005, que aqui se dá por integralmente reproduzida e vai ficar anexa a esta acta, depois de assinada e rubricada pelos Membros do Executivo, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção dos Senhores Vereadores Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga, aprovar as modificações, nos termos do ponto 8.3.2 – Modificações às Grandes Opções do Plano – PPI e AMR do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, no montante de 428.692,00 € (quatrocentos e vinte e oito mil seiscentos e noventa e dois euros). -----

Mais foi deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal para os efeitos consignados na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

Os Senhores Vereadores Esmeraldo Carvalhinho e António Fraga abstiveram-se devido ao facto da acção “Casa do Povo” ter sido alterado o valor inicialmente previsto em orçamento por alteração de que não tiveram conhecimento e que agora é reforçada. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Concessão de subsídio à Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira, para a construção e apetrechamento de Centro de Noite.-----

Foi presente o pedido da Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira para a participação na construção e apetrechamento do Centro de Noite, a levar a efeito na Freguesia de Vale de Amoreira, através do ofício nº 32 datado de 10/04/2007.-----

Tendo sido analisado o pedido a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, atribuir o subsídio de 22.500,00 € previstos no Plano Plurianual de Actividade e Orçamento do corrente ano. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Outros Assuntos.-----

----- O Senhor Presidente informou que foi contactado pela Senhora Coordenadora da Sub-Região de Saúde informando que o Senhor Presidente da ARS solicitava uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reunião também com a presença do Senhor Director do Centro de Saúde de Manteigas. Manifestou à Senhora Coordenadora que a reunião teria a presença de todo o Executivo, informando ao mesmo tempo que a Câmara Municipal está contra o encerramento do SAP. Já depois deste contacto e como todos ouviram através das notícias, em Bragança foram adoptadas soluções iguais às que estão implementadas em Manteigas, o que significa que o modelo de Manteigas, porventura já está a ser copiado para solucionar problemas sobre os SAP's noutros Concelhos. Também pôde verificar que na reunião havida em Coimbra na ANMP na passada segunda-feira, o Município de Manteigas será dos únicos Centros de Saúde que tem unidade de internamento, na região Centro. Na altura da abordagem do assunto não terá ficado claro que a Câmara Municipal também é contra ao encerramento da unidade de internamento, mas ficou ciente que a Câmara ao estar contra o encerramento do SAP também está contra o enceramento da unidade de internamento, até porque considerando o retorno dos doentes dos hospitais distritais, devido à ocupação de longa duração que está sobrelotada, nomeadamente no Hospital da Guarda, e havendo nas instalações remodeladas do Centro de Saúde camas para esse fim, não se compreende o encerramento da unidade de internamento. Já contactou o Senhor Dr. João Melo solicitando o agendamento da reunião com a presença também do Senhor Dr. Luís Melo para conjuntamente com o Executivo haver a reunião para ser tratado o assunto da saúde em Manteigas. -----

Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e trinta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos (238.439,59 €). -----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas e trinta minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim
Secretário do Presidente
 que a redigi. -----
